

Terça-Feira, 27 de Outubro de 2026

Cartão Material Escolar: Thiago Silva apresenta projeto para beneficiar 300 mil estudantes de Mato Grosso

Projeto aprovado na ALMT prevê crédito para compra de materiais escolares em estabelecimentos credenciados

Mais de 300 mil alunos da rede pública estadual de Mato Grosso poderão ser contemplados pelo Cartão Material Escolar, um programa inovador que disponibiliza recursos em forma de crédito destinado exclusivamente à aquisição de produtos escolares. O Projeto de Lei nº 18/2025, apresentado pelo deputado estadual Thiago Silva (MDB), recebeu aprovação em segunda votação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) durante a sessão realizada no dia 23 de janeiro.



O programa visa proporcionar maior liberdade aos pais e responsáveis na seleção de materiais pedagógicos, possibilitando que as compras sejam realizadas em comerciantes locais previamente credenciados. Diferentemente dos modelos tradicionais com kits padronizados, a iniciativa permite escolhas individualizadas conforme as necessidades específicas de cada estudante.

Funcionando como um cartão de débito, a ferramenta restringirá os gastos especificamente a itens de natureza escolar. O alcance estimado da ação contempla aproximadamente 630 unidades escolares estaduais espalhadas pelos 142 municípios mato-grossenses, democratizando o acesso a recursos para educação em todo o estado.

O setor comercial local demonstra entusiasmo com a proposta. Papelarias, lojistas e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Mato Grosso (Fecomércio-MT) reconhecem na iniciativa uma oportunidade significativa de incrementar vendas e dinamizar a economia regional. O credenciamento de estabelecimentos varejistas possibilita distribuição mais ampla dos recursos públicos, beneficiando diversos negócios e facilitando o planejamento comercial no período de retorno às aulas.

Segundo o deputado Thiago Silva, a aprovação representa um marco importante para o fortalecimento do apoio às famílias mato-grossenses e para a valorização do ensino público estadual. O parlamentar enfatiza igualmente o impacto econômico potencial da medida, estimando a movimentação de aproximadamente R\$ 15 milhões anuais no comércio local, particularmente em papelarias e lojas especializadas.